



CUT

AEROLUTA



E-mail: atendimento@sna.org.br

Órgão do Sindicato Nacional dos Aeroviários

- Ano XII - N° 03 - Abril de 2009

Nacional

Site: www.sna.org.br

Especial Recuperação Judicial

SNA faz uma retrospectiva sobre os casos de Recuperação Judicial no setor aéreo brasileiro, e conclui que a medida apenas tem beneficiado as empresas e prejudicado os trabalhadores. Acompanhe nessa edição casos como o da Varig, Vasp, VarigLog e SATA.



Foto: Arquivo SNA

Página 3

Terceirizada MUNRIAÉ é denunciada ao MPT

No dia 31 de março, SNA enviou um ofício ao órgão informando as irregularidades cometidas pela terceirizada

Página 2

Plano Aerus

Interventor Albiérgio Souza Filho se reúne com o Presidente e o Diretor de Imprensa e Cultura do Sindicato Nacional dos Aeroviários para esclarecer a liquidação do Plano Aerus. Ele informa que reuniões serão realizadas para informar as mudanças aos credores.



Foto:Cláudia Fonseca

O interventor Albiérgio Souza Filho e os diretores Fernando Galdino Silva e Cláudio Fonseca

Página 5

Trabalhadores da VEM aceitam nova proposta de diminuição de jornada e salário



Foto:Cláudia Fonseca

Página 3

Entenda o Imposto Sindical Compulsório

Página 6



Campanha Salarial do Táxi Aéreo chega ao fim

Página 7

GOL e TAM anunciam participação de lucros

Página 5

SNA fecha convênio com o plano de Saúde ASSIM

Página 8

Lutas e conquistas

Direito à folga agrupada

Muitos direitos da classe foram alcançados graças a luta conjunta dos trabalhadores. Como exemplo, temos dezembro de 1998, quando a categoria do AIRJ se recusou a trabalhar durante a negociação da campanha salarial. Os sindicatos trabalhistas, baseados no bom de-

envolvimento do setor, pediram reajuste salarial de 26%. Porém, as companhias não aceitavam dar mais do que 13%.

A greve que reivindicava uma reposição que estivesse de acordo com os índices alcançados no período surtiu efeito. O sindicato patronal propôs a inclusão de uma cláusula da Convenção

Coletiva de Trabalho que obrigava as empresas a darem folga agrupada aos funcionários.

Segundo a cláusula 18, em meses alternados, o aeroviário tem o direito à uma folga no sábado anterior ou segunda posterior ao domingo reservado para folga. Essa concessão não implica

em prejuízo algum as folgas normais.

O SNA acredita que essa medida tem uma função social importante, pois permite que o trabalhador possa passar o final de semana com a família, viajando ou organizando qualquer tipo de programa, sem se preocupar em trabalhar no dia seguinte.

Sub sedes do SNA

Diretores de Belo Horizonte buscam transparência na administração

Foto: Direção BH

A sub sede do Sindicato Nacional dos Aeroviários de Belo Horizonte é formada por cinco diretores e desenvolve uma administração que busca investigar as irregularidades das empresas e fortalecer os direitos já conquistados. Também atua em parceria com a Escola de Aviação Civil local, que forma média de 60% dos novos mecânicos de Minas Gerais.



De cima para baixo, os diretores Paulo de Tarso, Ederson Ferrer, Valter Aguiar e Haroldo Garro

“Buscamos inserir no mercado de trabalho pessoas com consciência e atitude sindical. Fazer com que o aeroviário conheça primeiro o sindicato e depois a empresa que irá trabalhar nos ajuda a quebrar alguns preconceitos em relação a atividade sindical”, afirma o diretor Valter Aguiar. Segundo ele, o Sindicato em Belo Horizonte busca melhorar a vida do aeroviário com transparência, na luta pelos direitos trabalhistas.

Saiba quem são os diretores de Belo Horizonte

Coordenação e Diretor Geral:

Marcelo Oliveira – VASP

Diretor de Comunicação:

Valter Aguiar – Provão

Diretor Financeiro:

Paulo de Tarso - TAM

Diretores de Benefícios

e Convênios:

Ederson Ferrer

- VASP

Diretor Jurídico:

Haroldo Garro

- Provão

SNA denuncia empresa terceirizada MUNRIAÉ ao MPT

Mais uma na lista de denunciadas ao Ministério Público do Trabalho (MPT) pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários. No dia 31 de março, o SNA enviou ofício ao órgão informando as irregularidades cometidas pela terceirizada da INFRAERO, a MUNRIAÉ Serviços Aeroportuários Ltda.

Entre as denúncias feitas pelos trabalhadores ao sindicato, a mais grave é a de assédio moral. Segundo eles, há um quadro de avisos nas dependências da empresa com conteúdo ameaçador, que lembra um regime totalitário. Nele constaria a proibição aos funcionários de conversarem sobre os descumprimentos das leis trabalhistas cometidos pela empresa.

Os abusos não se resumem a isso. A terceirizada ainda não adotou as cláusulas estabelecidas da Convenção Coletiva de Trabalho de 2009. Não reajustou o vale refeição e a cesta básica. O adicional noturno é de apenas 20%, quando segunda a legislação, deve ser de

50%. Também não paga nem compensa a dobra conforme deveria.

Troca de turno sem aviso prévio, pratica desvio de função e obriga os trabalhadores a dobrarem na pista, o que contraria a Regulamentação Profissional da Categoria Aeroviária. Os que se recusam são ameaçados de advertência.

Sindicalização proibida

Quem desejar se sindicalizar para reclamar casos como esses sofre ameaças de demissão. O gerente Alexandre Alves Godinho é apontado como a pessoa que coage os funcionários a mando da diretoria da empresa.

O gerente Alexandre Alves Godinho é apontado como a pessoa que coage os funcionários

Inconformados, empregados esperam que o Ministério Público e INFRAERO tomem uma medida que acabe com o desrespeito da MUNRIAÉ. O sindicato acredita que esse caso deve servir de exemplo para outros trabalhadores que sofrem com casos similares.



AEROLUTA
AEROLUTA

- Órgão do Sindicato Nacional dos Aeroviários

Endereço: Av. Churchill, 97, 4º andar
• Centro • Castelo • RJ

- Tels.: (021) 2220-2016/2220-2497 Fax: (021) 2262-3237

Secretaria
de Imprensa e Cultura
Cláudio Fonseca

Impressão:
Grafmec

Tiragem: 3 mil exemplares

Redação e
revisão:
Cláudia Fonseca

Programação
Visual:

Carlos Soares
Reg.Prof.16.993/RJ

A responsabilidade pela publicação de fotografias, charges e ilustrações é exclusiva da diretoria do Sindicato.

Especial Recuperação Judicial

Aumenta o número de empresas aéreas que entram com o pedido

Histórico do setor revela que trabalhadores são os maiores prejudicados

Fotos: Arquivo SNA



O pedido de recuperação judicial da VarigLog causou tensão entre funcionários, surpresa na sociedade e dúvida nos sindicatos. O histórico do setor aéreo das empresas que tomaram a mesma medida apenas revela que as companhias não seguiram de fato o que ordena a legislação. Nesse meio, os maiores prejudicados são os trabalhadores.

Varig, BRA, Pantanal, SATA e, mais recentemente, VarigLog. Todas essas empresas têm em comum o pedido de Recuperação Judicial, que é equivalente a concordata da antiga Lei de Falência. Entre as mudanças da legislação que criou a Nova Lei de Falências está o capítulo que substituiu a antiga concordata. Foi criada a Recuperação Judicial, que tem como objetivo superar uma eventual situação de crise financeira da empresa, permitir a continuidade da produção, o pagamento de credores e evitar a demissão de funcionários. Mas a realidade percebida no setor aéreo não revela esse quadro.

A Varig, por exemplo, realizou demissões em massa, deixando muitos de seus funcionários de anos na rua.

No caso da Vasp, não foi diferente, mas com um agravante. O processo de Recuperação Judicial da empresa acabou se transformando em falência, ou seja, nenhum credor, inclusive os trabalhadores, recebeu seus créditos

“A lei garante a participação dos trabalhadores nas assembleias de credores. Eles têm tanto direito a voto como qualquer outro”

até a presente data. Esse é apenas um dos motivos que levaram o Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA) a acreditar que o pedido de Recuperação Judicial tem sido apenas um recurso adotado pelas companhias para conseguir amenizar seus problemas financeiros às custas da categoria.

Quando o pedido é aprovado pela justiça, todas as execuções contra a empresa são suspensas por 180 dias no mínimo. No caso da SATA e da

até a presente data. Esse é apenas um dos motivos que levaram o Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA) a acreditar que o pedido de Recupe-



VarigLog, essa medida causou tensão nos ex-funcionários que foram demitidos e, por não conseguirem a homologação, tiveram que apelar para a justiça. Com essas empresas em recuperação judicial, eles não têm previsão de quando poderão receber o dinheiro que têm direito.

Nova lei lesou trabalhadores

Uma das mudanças da lei implica na retirada de direitos dos empregados. Antes, os trabalhadores credores tinham a preferência de 100% de seus créditos sobre qualquer outro credor. Agora, a preferência se limita

a no máximo 150 salários mínimos por empregado. Por motivos como esse, há o questionamento no setor aéreo se o pedido de recuperação judicial realmente é válido.

De acordo com o Dr. Álvaro Quintão, advogado que presta assessoria jurídica ao SNA, apesar de até hoje os pedidos não terem viabilizado a preservação dos empregos, nem o efetivo recebimento dos créditos pelos trabalhadores, é importante a participação da categoria nesse processo. “A lei garante a participação dos trabalhadores nas assembleias de credores. Eles têm tanto direito a voto como qualquer outro, e podem decidir quais rumos as empresas irão tomar. Basta maior conscientização”.

Trabalhadores da VEM aceitam nova proposta da empresa

Apesar do posicionamento contrário, SNA apóia decisão da maioria

VEM apresenta nova proposta de redução de jornada e salário, após maioria dos trabalhadores ter se recusado em aceitar receber menos. Na última assembleia, que aconteceu no dia 12 de março e teve a presença de aproximadamente 600 funcionários, a resposta foi diferente. Dessa vez, eles concordaram com o que foi apresentado pela empresa.

Apenas 120 aeroviários continuaram recusando a proposta. Segundo o SNA, os que votaram contra são os que têm menores salários e acabariam sendo os maiores prejudicados com essas mudanças. De acordo com o e-mail enviado pela companhia de manutenção, a redução será aplicada nos próximos três meses, período necessário para que as dívidas mais importantes sejam quitadas.



Fotos: Cláudia Fonseca

De costas e com os braços cruzados, os trabalhadores que votaram contra a proposta da empresa

Caso exista necessidade da prorrogação desse tempo, uma nova assembleia para votação será realizada. Na proposta inicial, o período seria

de sete meses, sem necessidade de consulta à categoria durante esse tempo. A aceitação de uma exigência do Sindicato de Porto Alegre também influenciou o “sim”. A instituição alegou que o banco de horas criado durante o plano não poderá ser usado na homologação.

No fim da votação, Selma Balbino, secretária geral do SNA, disse que apesar de o sindicato achar que essa não é a melhor decisão a ser tomada, é preciso respeitar a escolha da maioria, já que quem define o que deve ser feito sempre é a categoria. Ela também tentou tranquilizar os que não aceitavam o resultado. “Gente, a democracia é isso. Temos que respeitar o que foi votado aqui hoje”.

Entrevista com Antônio Carlos Britto

Diretor do sindicato explica porque alguns companheiros se sentiram prejudicados

Antônio Carlos Britto é um dos diretores do SNA e funcionário da VEM/TAP. Em entrevista ele conta porque o sindicato é contra a redução de jornada e salário, afirma que o voto contra era uma questão de consciência e diz que a assembleia realizada no dia 12 de março foi democrática.

SNA – Por que você é contra a diminuição de jornada e salário nesse período de 10 meses?

Carlos Britto – É uma questão de consciência. As pessoas trabalham em uma empresa com o intuito de progredir sempre, e não, regredir. O “sim” também foi uma resposta contrária a todas as nossas conquistas alcançadas. Não é correto recebermos menos para pagar as dívidas da empresa.

“Gostaria de parabenizar todos que não tiveram medo de lutar pelos seus direitos até o fim”

SNA – Então você acredita que a empresa transferiu sua responsabilidade para os trabalhadores?

Carlos Britto – Sim. A empresa alega problemas como altos impostos que devem ser pagos. Mas eu não sou obrigado a arcar com esse custo. Se eu não conseguir pagar minhas contas, ninguém vai negociar isso para mim.

SNA – Já que na sua concepção a diminuição de jornada de trabalho e salário prejudica os trabalhadores, por que a maioria concordou com a proposta da empresa?

Carlos Britto – A empresa alega crise e cita questões como problemas para pagar dívidas herdadas da



Diretor Carlos Britto é funcionário da TAP/VEM

Varig. Muita gente tem medo de uma quebra e futuras demissões.

SNA – Qual a sua avaliação geral da assembleia que aconteceu no dia 12 de março?

Carlos Britto – Foi uma assembleia democrática. Apesar de sermos a minoria, gostaria de parabenizar todos que mantiveram sua posição contra a proposta da empresa, não tiveram medo de lutar pelos seus direitos até o fim



Direção do SNA se reúne com vice-presidente financeira para evitar retaliações

Após encerramento da votação, a direção do SNA conversou com Gláucia Loreiro, vice-presidente financeira, para pedir que os trabalhadores que votaram no “não” sofressem retaliações.

Selma Balbino informou que também estava preocupada com divergências dentro da empresa entre os funcionários. Ela avaliou o clima do fim da votação como um pouco pesado, e disse acreditar que algumas desavenças internas poderiam ocorrer.

Gláucia se comprometeu em fazer o máximo para que esse tipo de problema não ocorresse, e garantiu que a supervisão seria orientada a não perseguir os trabalhadores em hipótese alguma.

Liquidação do Plano Aerus

Preocupação dos trabalhadores leva SNA a marcar reunião com interventor

Fotos:Cláudia Fonseca

A preocupação da categoria com a liquidação do Plano Aerus levou o sindicato a agendar uma reunião com o interventor do plano, Albiérgio Souza Filho, no dia 19 de março. Como representantes do SNA estavam o presidente Fernando Silva e o diretor de Imprensa e Cultura Cláudio Fonseca.

Durante o encontro, Albiérgio, que também é liquidante dos Planos I e II da Varig, Nordeste e Rio Sul, deixou claro que o benefício Aerus não existe mais. “O que os trabalhadores possuem agora são créditos que devem ser pagos, de acordo com uma regra de distribuição limitada à liquidez”, explica. Ele conta que com o plano liquidado, a antiga regulamentação praticamente deixa de existir.

Segundo o interventor, após a liquidez do plano, em 12 de fevereiro, os credores que já desfrutavam do benefício passaram a ter depositado na conta apenas 70% do valor do crédito. “Os ajustes ocorrerão apenas em junho, para que essas pessoas tenham tempo de se programar”.

Sindicatos são convidados a colaborar

Para explicar os detalhes de como esses créditos serão compensados, reuniões serão agendadas a partir de abril com os liquidantes que entrarem em contato com o instituto e desejarem se



Albiérgio Filho com o presidente do SNA Fernando Silva



O diretor de Imprensa e Cultura Cláudio Fonseca

inscrever. A ideia é organizar grupos homogêneos de até 20 pessoas, separados por empresa, distinguindo os ativos dos aposentados.

Nesses encontros, os interventores darão um panorama rápido da situação e responderão à perguntas. Albiérgio afirma que, nesse momento, o ideal é que os liquidantes esperem que suas dúvidas sejam esclarecidas antes de resolver entrar com uma ação na justiça. “Nesses casos, quando eles conseguem receber, o crédito acaba sendo menor do que o que ele teria direito. Sem contar os honorários pagos aos advogados”, alerta.

Por isso, a direção do Aerus conta com a colaboração dos sindicatos e associações, que em parceria ajudarão a informar aos trabalhadores e aposentados. “Essa é a melhor forma de evitar que as pessoas tomem atitudes precipitadas, como recorrer à justiça”, diz o interventor.

Ele também cita a Internet como uma importante ferramenta nesse processo. “Apesar de muitos terem dificuldade de acesso, sempre há alguém da família que pode verificar esses dados. Para facilitar, o canal está sendo reformulado. As pessoas que cadastrarem o seu e-mail não precisam abrir nossa página diariamente. Elas receberão diretamente em sua caixa de entrada todas as novidades do plano”. Para acessar o site, entre em www.aerus.com.br.

GOL anuncia 0% de participação nos lucros

Sindicatos consideram a medida um desrespeito aos trabalhadores

Gol convoca todos os sindicatos trabalhistas do país para anunciar à categoria 0% de participação nos lucros da empresa. A reunião, que aconteceu na sede de São Paulo, no dia 27 de março, teve como único objetivo informar que a empresa não vai adotar o Programa de Participação e Resultado (PRP).

O SNA não entende porque a

companhia se deu o trabalho de organizar o encontro para informar que continuaria não pagando nada. O diretor Bruno de Luna estava presente como representante da instituição.

Os sindicatos do setor ficaram indignados com a postura da Gol. Para as organizações, essa é apenas mais uma prova do desrespeito e uma clara desmotivação aos trabalhadores.

TAM vai pagar 44% do salário

Diferente de sua concorrente, a TAM irá adotar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A companhia informou que o pagamento começou a ser efetuado no dia 2 de abril. Cada trabalhador irá receber nesse mês um adicional de 44% no seu pagamento.

Apesar de o valor estar abaixo do reivindicado pela categoria, o de no mínimo 100% do salário base, o SNA reconhece que a empresa é a única a dividir os lucros com os aeroviários.

Imposto Sindical Obrigatório gera debate em Brasília

Contribuição compulsória não garante filiação às entidades

A obrigatoriedade no pagamento do imposto sindical ainda gera polêmica entre alguns trabalhadores. Muitos não entendem o porquê da contribuição ser compulsória e desconhecem a finalidade dessa arrecadação. Por isso, o SNA resolveu fazer uma matéria para esclarecer a categoria.

O imposto sindical obrigatório não é novidade, mas tem gerado desentendimentos em Brasília. A emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que prevê o fim da obrigatoriedade na contribuição, já tramitou na Câmara, no Senado, voltou à Câmara e dá sinais de que não será aprovada. Para alguns, o trabalhador deveria ter o direito de decidir se deve contribuir ou não. Para outros, a lei deve continuar como está.

Dr. Álvaro Quintão, advogado que presta assessoria jurídica ao Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA), é contra a obrigatoriedade do imposto. “A contribuição sindical, da forma como está estipulada na CLT, é totalmente injusta e arbitrária, pois é cobrada de todos os empregados, sejam eles associados ao seu sindicato ou não. Viola vários princípios constitucionais, entre eles, o da liberdade de organização sindical”.

Escândalos como o de Paulinho da Força Sindical, que segundo matérias publicadas em jornais de grande circulação do país se aproveitaria das arrecadações para lucro pessoal, dão força ao discurso dos que são à favor do fim da obrigatoriedade. Também há casos como o de instituições não representativas que recebem, mas não defendem de fato os direitos do trabalhador. Para Selma Balbino, secretária geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários, o imposto é um recurso importante que mantém os sindicatos, mas que deve ser usado com seriedade.

“O trabalhador tem que saber para onde o seu dinheiro está indo. Ele deve ser convertido para fins que interessem a categoria, e não, para ser utilizado em benefício próprio, como acontece em algumas instituições fantasmas que conhecemos”, afirma. Para ela, é importante que a pessoa conheça o sindicato que a empresa está cadastrada para que possa saber como sua contribuição é empregada.

**Contribuição
Sindical não garante
filiação**

A contribuição sindical, também chamada de imposto sindical, surge no governo Getúlio Vargas. Como as empresas não permitiam que os trabalhadores se filiassem aos sindicatos, o então presidente tornou compulsória a contribuição. Segundo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o recolhimento deve ser feito uma vez ao ano e o valor deve ser correspondente a um dia de trabalho do empregado.

Porém, esse pagamento não garante a nenhum trabalhador a filiação a um sindicato. O funcionário que deseja fazer parte e ter direito aos benefícios oferecidos por essas entidades deve procurar um sindicato correspondente a sua categoria. Nesse caso, além da contribuição anual de um dia de trabalho, ele deverá fazer uma contribuição mensal correspondente a

Foto: Cláudia Fonseca



Dr. Álvaro Quintão presta assessoria jurídica ao SNA

contribuição associativa. Esses valores variam de sindicato para sindicato.

Por isso que, segundo a diretoria do SNA, é importante a conscientização do empregado na hora de definir o sindicato em que deve se filiar. Buscar saber quais foram os últimos trabalhos realizados pela entidade e checar se a prestação de contas é feita com a categoria de forma regular é o primeiro passo a ser dado para uma escolha consciente. “Os companheiros não devem contribuir para esses sindicatos que não fazem nada pelo trabalhador e, em alguns casos, atuam à favor das empresas”, diz Selma Balbino.

Confira alguns dos artigos da CLT sobre a Contribuição Sindical Compulsória

Art. 578 - As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de “contribuição sindical”, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.

Art. 579 - A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do Sindicato representativo da mesma categoria ou profissão, ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591.

Art. 580 - A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente.

Art. 582 - Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos Sindicatos.

Art. 583 - O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro.

Rapidinhas

Fim da Campanha Salarial

Após meses de negociação, trabalhadores de Táxi Aéreo decidem aceitar proposta do sindicato patronal de reajuste de 2% nos meses de dezembro, maio, julho e outubro, até atingir os 8% do INPC do período. Ao perceber o tempo que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) levaria para julgar o caso, a categoria resolveu voltar atrás. Também temiam o risco de perder cláusulas sociais.

Eleições da CIPA na VarigLog

Fotos: Cláudia Fonseca



Kátia Mendonça e Luiz Lopes, novos integrantes da CIPA, também querem fazer parte do time do SNA

O novo representante dos trabalhadores na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da VarigLog é o recém reintegrado Luiz Lopes, que tem como suplente Kátia Bastos Mendonça. As eleições ocorreram nos dias 26 e 27 de fevereiro. Apesar de o mandato terminar em março de 2010, eles já afirmaram que sua contribuição

com a categoria não vai parar por aí. Os dois planejam fazer parte do grupo SNA. “Tenho muito a agradecer ao sindicato e a assessoria jurídica. Se não fosse todo o esforço deles, eu não seria reintegrado e não estaria assumindo essa nova responsabilidade agora. Por isso digo que minha luta não se encerra aqui”, declara Lopes.

VarigLog faz mais uma reintegração



O novo reintegrado Manoel Carlos Silva entre os diretores do SNA Cláudio Fonseca e Martha Janete

Quando já não acreditava mais na possibilidade de reintegração, Manoel Carlos da Silva, demitido pela VarigLog em agosto de 2006, recebeu uma ligação que o surpreendeu. Ele voltaria a trabalhar na empresa ocupando sua antiga função de agente de cargas. Quando foi man-

dando embora, Manoel procurou o sindicato e entrou com uma ação coletiva. “Já estava sem expectativa. Mas fiquei feliz porque comprovei o trabalho sério do SNA”, afirma. Ele foi reintegrado no dia 18 de março e já trabalha com o mesmo pique de sempre.

Pessoal de rampa da Proair receberá periculosidade

ProAir vai pagar periculosidade aos profissionais de rampa, conforme normas do Ministério Público do Trabalho (NR-16).

Após seguidas negociações com o SNA, a companhia resolveu estender o benefício a esses trabalhadores. Para o diretor sindical Francisco de Assis, mais conhecido como Chicão, esse é um grande avanço nas negociações entre empresa e categoria.

Em breve, novidades no site do SNA

Para que os trabalhadores fiquem cada vez mais informados sobre o que acontece no setor aéreo, o Sindicato Nacional dos Aeroviários vai reformular o site www.sna.org.br. Confira as novidades que em breve vão estar disponíveis em nossa página, alguns serviços que o aeroviário já tem acesso:

Clipping: Atualização diária com as principais informações sobre as empresas aéreas, noticiadas nas mídias on-line;

Galeria de Fotos: Fotos de todos os eventos que tiverem a participação do SNA;

Sindicalização on-line: O trabalhador que desejar se sindicalizar poderá preencher a ficha em nossa página e aguardar o contato de um dos diretores;

Notícias: Assembleias, eventos e reuniões organizados pelo SNA;

Rapidinhas: Denúncias e novidades do SNA publicadas em notas curtas;



Newsletter: Cadastro para receber por e-mail todas as novidades do setor, sem precisar acessar o site diariamente;

Impressos: Edições impressas, an-

tigas e atuais, dos jornais Aeroluta e Aeromulher, publicadas on-line;

Convênios: Informação sobre os benefícios que os associados têm direito;

Diretorias: Novidades nds diferentes departamentos do SNA, como os da Assessoria Jurídica e Esporte, Lazer e Cultura;

Fale conosco: Espaço aberto para reclamações, comentários, críticas e elogios.



Consultor Antônio Carlos Vicente atende associados na base do SNA

SNA fecha parceria com plano de saúde ASSIM

Associados ao Sindicato Nacional dos Aeroviários recebem uma boa notícia. O SNA fechou contrato com o convênio de saúde ASSIM, no dia 6 de março. A partir de agora, todos os sócios, dependentes e agregados terão acesso a um plano com desconto. Entre os benefícios está direito à consultas, exames, internações e cirurgias.

Os interessados em maiores informações podem entrar em contato com o SNA. Os responsáveis pelo convênio são o consultor Antônio Carlos Vicente e o gerente José Roberto da Silva. Vicente fica na sede do sindicato,

de segunda a sexta, à disposição dos sócios que quiserem esclarecer dúvidas e fechar contrato. Antônio avisa aos aeroviários que nesse mês de abril, também haverá representantes da ASSIM nos aeroportos Santos Dumont, Tom Jobim e de Jacarepaguá.

Telefones para contato:

3474-7491 e 8748-3423

(aceita ligações à cobrar)

Endereço: Av. Churchill, 97, 4º andar, Castelo

Na Biblioteca do SNA

Flores na chuva e outros contos

Autora dos Best-Sellers *Os catadores de Conchas* e *Setembro*, Rosamunde Pilcher aborda a profundidade da alma humana no título *Flores na Chuva*, disponível para empréstimo na *Biblioteca do SNA*. Com uma seleção de contos aparentemente comuns, a autora revela como simples situações podem tocar o coração e a razão das pessoas.

Uma leitura leve e simples, recheada de textos curtos, mas com uma importante mensagem final, *Flores na Chuva* pode ser apenas mais um livro de cabeceira, ou uma boa oportunidade para refletir sobre a condição de existência do homem. A obra é uma composição de textos curtos que levam títulos como *Brincando com o amor*, *A casa de bonecas*, *Assobiar para o vento* e *O jardim de Bem-me-queres*.



Acerte no alvo!



Não fique só, fique sócio!

SINDICALIZE-SE!